



Ministério da Educação
Universidade Federal de Viçosa
Campus Viçosa
Setor de Licitação da Diretoria de Material

DMT - Edital

Processo nº **23114.904470/2026-18**

Interessado: **Diretoria de Tecnologia da Informação**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026
Processo Administrativo nº 23114.904470/2026-18

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA, CNPJ 25.944.455/0001-96, por meio do(a) Diretoria de Material, sediado(a) PETER HENRY ROLFS, S/N, Campus Universitário, bairro Centro, na cidade de VICOSA/MG, CEP 36570900, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 25/06/2026

Hora Inicial: 09:00 horas - Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

E-mail de contato: pregao@ufv.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para aquisição de Materiais Cabeamento,

Telefonia e Fibras ópticas, em lotes e itens autônomos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 5 (cinco) itens isolados e 3 (três) grupos, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2.1 relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1, 3, 5 e 8 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Marca/Fabricante;**

6.1.2. **Modelo;**

6.1.3. **Quantidade cotada, devendo respeitar o total estipulado no Termo de Referência.**

6.1.4. **Valor expresso em Reais (R\$).**

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. **O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

6.2.2. **A proposta final deverá ser apresentada com valor unitário expresso em reais (R\$), com 2 (duas) casas decimais, podendo o valor homologado ser ajustado para o montante imediatamente inferior, preservando-se o resultado vantajoso para a Administração.**

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. **Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;**

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da](#)

[Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e

registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, ou por motivo de conveniência.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme Anexo I - das Especificações;

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO/NOTA DE EMPENHO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.dmt.ufv.br/agenda-de-pregoes-e-indicadores/>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das

infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: - pregao@ufv.br. Impugnações direcionadas a outros e-mails, ou encaminhadas para caixa de spam não serão conhecidas. Portanto, é conveniente a confirmação do recebimento do e-mail,

através dos telefones: 31 3612-2643 / 31 3612-2645.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.dmt.ufv.br/agenda-de-pregoes-e-indicadores/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – **ANEXO I - DAS ESPECIFICAÇÕES**

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – **ANEXO II - REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO , CONTRATO**

16.11.1.3. Apêndice do Anexo I – **ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

16.11.2. ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

16.11.3. ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Viçosa , 12 de junho de 2026

.....

Thaís de Souza Lima Pontes
Serviço de Licitação

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 4db4fb1779801873314

Assinatura Requerida:

1. Serviço de Licitação.

Das Notificações:

- Qualquer comunicação ou notificação relacionada ao certame licitatório, ou à execução contratual poderá ser feita pela UFV, por e-mail, fax, correio ou entregue pessoalmente, diretamente no respectivo endereço da contratada.
- Qualquer comunicação ou solicitação prevista neste Edital será considerada como tendo sido legalmente entregue:
- Quando entregue em mão a quem destinada, com o comprovante de recebimento;
- Se enviada por correio, registrada ou certificada, porte pago e devidamente endereçada, quando recebida pelo destinatário ou no 5º (quinto) dia seguinte à data do despacho, o que ocorrer primeiro;
- Se enviada por fax, quando recebida pelo destinatário;
- Se enviada por e-mail, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário, ou, após transcorridos 5 (cinco) dias úteis, o que ocorrer primeiro.
- A qualquer tempo a contratada poderá, mediante comunicação por escrito, alterar o endereço para o qual as comunicações ou solicitações deverão ser enviadas.
- Ficam os licitantes obrigados a manterem atualizados os seus dados junto ao SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES - SICAF, podendo a UFV utilizar-se dos dados para quaisquer notificações previstas neste edital;
- As comunicações encaminhadas à UFV poderão ser realizadas pelos mesmos meios contantes no subitem Podendo ser encaminhadas ao e-mail: dirmat@ufv.br ou pelo endereço:

A/C: Comissão Técnica de Execução de Empenhos

DIRETORIA DE MATERIAL - DMT

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Av. P. H. Rolfs, s/n

Bairro: Campus Universitário – Cidade de Viçosa – UF: MG

CEP: 36.570-900

Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento

Universidade Federal de Viçosa - UFV



Documento assinado eletronicamente por **THAIS DE SOUZA LIMA PONTES, Técnico-Administrativo em Educação**, em 12/06/2026, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4 do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1954906** e o código CRC **18C89264**.

Referência: Processo nº 23114.904470/2026-18

SEI nº 1954906

Campus Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, Campus Universitário
36570-900 Viçosa/MG

Campus Florestal
Rodovia LMG-818, km 6
35690-000 Florestal/MG

Campus Rio Paranaíba
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário
38810-000 Rio Paranaíba/MG

DMT - Termo de Referência e Anexos

Processo nº **23114.904470/2026-18**

Interessado: **Diretoria de Tecnologia da Informação**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão SRP 90015/2026

Processo Administrativo nº **23114.904470/2026-18**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Registro de Preços para aquisição de Materiais Cabeamento, Telefonia e Fibras ópticas, em lotes e itens autônomos**, nos termos do **Anexo I – Das Especificações**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação **não** se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados **da assinatura da ata de registro de preços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. **ATENÇÃO:** Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código SERPRO e a descrição detalhada do Anexo I – Das especificações, prevalece a deste último.

1.7. A quantidade cotada deverá ser a **quantidade total** de cada item.

1.8. **Do órgão gerenciador:**

1.8.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal de Viçosa-UFV – (UASG 154051).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme consta das

informações básicas desse Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

2.3. A presente contratação está alinhada ao Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal de Viçosa (PLS/UFV 2021–2024), aprovado pela Resolução n. 009/2021 do Conselho Universitário.

2.3.1. O PLS orienta ações voltadas à sustentabilidade e à racionalização de recursos, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFV e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

2.3.2. A contratação proposta atende às diretrizes do eixo “Compras e Contratações Sustentáveis”, ao prever fornecimento sob demanda e controle de estoques, com foco na redução de desperdícios, na eficiência do gasto público e no cumprimento dos dispositivos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 10/2012 e do Decreto nº 10.947/2022.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os objetos referentes a esta aquisição deverão ser entregues, de acordo com as especificações detalhadas. Em hipótese alguma serão aceitos materiais em desacordo com as condições predefinidas.

3.3. O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em conformidade com as Leis e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

4.1.2. Para os impactos causados pelos descartes das embalagens e utilização dos produtos, deverão ser observadas as normas da ABNT, relacionadas ao descarte de resíduos sólidos, tais como: NBR 10004:2004.

4.1.3. Além disso, deverão ser realizadas medidas de prevenção e controle para garantir o maior tempo de vida útil dos materiais, a possibilidade de reutilização ou reciclagem deles, bem como a geração de menor volume de resíduos possível.

Subcontratação

4.1.4. **Não** será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.1.5. **Não** haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens de entrega imediata e integral, sem obrigações futuras, com baixo risco de inadimplemento e de inexecução contratual.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.2. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.2.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor

da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.2.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.2.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens objeto desta licitação serão entregues no:

5.3.1. ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.3.1.1. no Almoxarifado Central da Universidade Federal de Viçosa, situado na Av. PH Rolfs, S/N, Campus Universitário, CEP: 36.570-000, na cidade de Viçosa-MG - Campus Viçosa OU

5.3.1.2. na Rodovia MG no 230, Km 7 - Zona Rural, CEP: 38810-000, Rio Paranaíba - MG – Campus Rio Paranaíba.

5.3.1.4. É necessário verificar na Nota de Empenho/Pré-Empenho o local correto para cada entrega .

5.4. Os produtos que apresentarem vícios ou defeitos deverão ser substituídos por outros novos dentro dos padrões de qualidade.

5.5. O recebimento definitivo será efetuado pelo solicitante, que emitirá o parecer sobre a adequação do produto entregue com as normas, condições e especificações contidas nesse Termo;

5.6. A UFV se reserva o direito de recusar todo e qualquer material entregue em desacordo com as especificações ou que contenham qualquer tipo de vício ou defeito;

5.7. No caso da recusa de qualquer item contratado, a contratada terá um prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados da notificação da contratante, para substituir o material por outro em perfeitas condições de uso, sendo que todas as despesas decorrentes da substituição correrão às suas expensas, não gerando qualquer obrigação adicional para a UFV;

5.8. O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do material.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), **para os materiais de consumo e que não possuem determinação do prazo de garantia em sua descrição, conforme Anexo I - Das Especificações.**

5.9.1. **Para os demais itens**, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10. Caso a garantia fornecida pelo fabricante seja inferior ao prazo estabelecido na cláusula anterior, caberá ao fornecedor complementá-la, de modo a assegurar, no mínimo, 12 (doze) meses de cobertura, ou o prazo maior eventualmente previsto na descrição do item constante do Anexo I – Das Especificações ou no ETP.

5.11. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições

de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.12. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.13. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.14. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.15. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada, quando necessário.

5.16. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.17. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.18. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.19. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.20. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/NOTA DE EMPENHO

6.1. A contratação decorrente da presente Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de **Nota de Empenho**, a qual, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, servirá **como instrumento contratual substitutivo**, observadas as regras constantes no **Anexo II - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**. As partes responderão pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2. A contratação decorrente da presente licitação, por meio de ata de registro, de preços será formalizada por meio de **nota de empenho**, que servirá como instrumento contratual substitutivo, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.3.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

Fiscalização

6.4. A execução do contrato/instrumento substitutivo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos agentes públicos designados para as referidas atividades no contexto desta universidade.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ~~pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato~~, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, quando necessário, correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

~~8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da [Ata de Registro de Preços](#), caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, conforme previsto na Lei 14.133, de 2021, para licitações na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

8.29. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizado em **remessa única e imediata (por escopo), após emissão de cada nota de empenho**, razão pela qual a **vigência da contratação** será limitada ao período necessário para execução integral do objeto, contada a partir da emissão da respectiva nota de empenho.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme Anexo I - Das Especificações, deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de

sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido por órgão competente de acordo com o solicitado no Anexo I – Das Especificações, quando necessário e exclusivamente para os itens que assim exigirem.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

~~9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;~~

~~9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;~~

~~9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.~~

~~9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.~~

~~Não será exigida regularidade fiscal estadual ou distrital, conforme o art. 29 da Lei Complementar nº 123/2006 e o art. 62 do Decreto nº 10.024/2019, por se tratar de licitação federal. A exigência afrontaria os princípios da razoabilidade e da ampla competitividade (art. 37, XXI, Constituição Federal; art. 70, Lei nº 14.133/2021).~~

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos

do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.28. Não serão exigidos requisitos de qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de fornecimento de bens comuns, de execução simples e entrega imediata, com risco contratual reduzido.

9.29. A exigência de tal requisito não se mostra proporcional nem necessária para a garantia da execução do objeto, conforme os princípios da razoabilidade, isonomia e ampla competitividade previstos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

9.30. Também não serão exigidos requisitos de qualificação técnica, tendo em vista que o objeto da contratação refere-se a bens padronizados, de características comuns, amplamente disponíveis no mercado, cuja entrega não demanda capacitação especializada.

9.31. A dispensa observa o disposto no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e o princípio da vedação a exigências excessivas ou desnecessárias, conforme art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 4.108.753,90 (quatro milhões, cento e oito mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos no **Anexo I - Das Especificações**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Nota de Empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Viçosa-MG, 26 de Maio de 2026.

HARLEY BALDUINO SARAIVA
Analista de Tecnologia da Informação

Evandro Rodrigues de Faria
Ordenador de Despesas

ANEXO I - DAS ESPECIFICAÇÕES

LOTE 1						
Item	Serpro	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
				CAIXA DE EMENDA ÓPTICA PARA 216 FUSÕES 1. Deve ser projetada para proteger a fusão, distribuição e concentração das fibras ópticas em redes aéreas e subterrâneas. 2. Deve ser construído com estrutura externa em plástico de engenharia com aditivo anti-UV, com a base na cor preto, a cúpula na cor azul ou preto e as bandejas internas em plástico de engenharia na cor branco. 3. Deve permitir a instalação em postes ou em cordoalhas, com pontos que possibilitem a sua ancoragem no elemento de tração do cabo óptico. 4. Deve resistir à corrosão, envelhecimento, com proteção ultravioleta. 5. Deve ser hermeticamente selada, de fácil fechamento em Sistema de Vedação Mecânico		

7	606930	Unidade (UN) com 1 Unidade	100	<p>(SVM)entre a cúpula e a base através de abraçadeiras, com grau de proteção IP68.</p> <p>6. Deve ser constituída por válvula de pressurização na cúpula.</p> <p>7. Deve ser constituída por uma base com 01 (uma) entrada oval e 05 (cinco) saídas de cabos, com posicionamento unidirecional dos cabos de fibras ópticas.</p> <p>8. Deve possuir estrutura interna metálica para fixação dos elementos de sustentação dos cabos em aço SAE 1010.</p> <p>9. Deve possuir 07 (sete) pontos para ancoragem do elemento de tração dos cabos ópticos.</p> <p>10. Deve ser fornecida ancoragem de reservas de tubos loose, em bandeja.</p> <p>11. Deve suportar 216 (duzentos e dezesseis) emendas de fibras ópticas, devidamente acomodadas em 06 (seis) bandejas para 36 (trinta e seis) emendas de fibras ópticas.</p> <p>12. Deve ser fornecida 04 (quatro) bandejas, com capacidade de 36 (trinta e seis) fusões em cada bandeja.</p> <p>13. Deve possuir acessórios para fechamento e vedação das portas não utilizadas e permitir a execução de reentradas de cabos.</p> <p>14. Deve possuir as dimensões:</p> <p>14.1. Largura: Ø495 mm</p> <p>14.2. Altura: Ø220 mm</p> <p>14.3. Peso Bruto: 3,8Kg</p> <p>15. Deve ser homologada pela Anatel.</p> <p>16. Devem ser fornecidos junto com a caixa de emenda:</p> <p>16.1. Duas (02) abraçadeiras metálicas;</p> <p>16.2. Seis (06) abraçadeiras plásticas por bandeja;</p> <p>16.3. Uma (01) etiqueta de identificação de rota;</p> <p>16.4. (Um) (01) par de suporte aéreo para fixação em poste ou cordoalha;</p> <p>16.5. Trinta e seis (36) protetores de emenda por bandeja;</p> <p>16.6. Uma (01) Reentrada SVM, oval, para 02 entradas de cabos de 10mm a 15 mm;</p> <p>16.7. Duas (02) Sachês de álcool;</p>	439,21	43.921,00
---	--------	----------------------------	-----	---	--------	-----------

			<p>16.8. Um (01) Sachê de gel lubrificante;</p> <p>16.9. Um (01) Guia rápido.</p> <p>17. Deve possuir 12 meses de garantia, com atendimento no Brasil;</p> <p>18. Deve ser compatível com a Caixa de Emenda Óptica Jumbo SVM 216 e seus derivadores SVM para emenda óptica;</p> <p>19. Deve ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>		
--	--	--	---	--	--

9	404624	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 1</p> <p>DERIVADOR PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA</p> <p>1. Deve ser projetada para vedação de cabos ópticos nas derivações de Caixas Terminais e Caixas de Emenda ópticas, com Sistema de Vedação Mecânico (SVM).</p> <p>2. Devem ser compostos por:</p> <p>2.1. Pino tampão, confeccionado em PP com anti-uv;</p> <p>2.2. Grommet, confeccionado em TPE;</p> <p>2.3. Trava, injetadas em PP com anti-uv.</p> <p>3. Dimensão: Ø41,75; H:43,5.</p> <p>4. Peso bruto (Kg): 0,07.</p> <p>5. Norma aplicável: ABNT NBR 14401:2016.</p> <p>6. Deve ser fornecido com:</p> <p>7. 3 a 8mm</p> <p>7.1. Um (01) Grummet redondo, com 08 (oito) entradas de Ø3 a 8mm;</p> <p>7.2. Oito (08) Pinos tampões de entradas;</p> <p>7.3. Um (01) conjunto de Travas superior e inferior;</p> <p>7.4. Um (01) parafuso phillips, para fechamento do derivador;</p> <p>7.5. Um (01) inserto metálico, para o parafuso phillips.</p> <p>8. Deve possuir 12 meses de garantia, com atendimento no Brasil.</p> <p>9. Deve ser compatível com a Caixa de Emenda Óptica Jumbo SVM 216.</p> <p>10. Deve ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>	27,22	1.361,00
---	--------	----------------------------	----	---	-------	----------

10	404624	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 2</p> <p>DERIVADOR PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA</p> <p>1. Deve ser projetada para vedação de cabos ópticos nas derivações de Caixas Terminais e Caixas de Emenda ópticas, com Sistema de Vedação Mecânico (SVM).</p> <p>2. Devem ser compostos por:</p> <p>2.1. Pino tampão, confeccionado em PP com anti-uv;</p> <p>2.2. Grommet, confeccionado em TPE;</p> <p>2.3. Trava, injetadas em PP com anti-uv.</p> <p>3. Dimensão: Ø41,75; H:43,5.</p> <p>4. Peso bruto (Kg): 0,07.</p> <p>5. Norma aplicável: ABNT NBR 14401:2016.</p> <p>6. Deve ser fornecido com:</p> <p>7. 7 a 13mm</p> <p>7.1. Um (01) Grummet redondo, com 02 (duas) entradas de Ø7 a 13mm;</p> <p>7.2. Dois (02) Pinos tampões de entradas;</p> <p>7.3. Um (01) conjunto de Travas superior e inferior;</p> <p>7.4. Dois (02) parafuso phillips, para fechamento do derivador;</p> <p>7.5. Dois (02) inserto metálico, para o parafuso phillips.</p> <p>8. Deve possuir 12 meses de garantia, com atendimento no Brasil.</p> <p>9. Deve ser compatível com a Caixa de Emenda Óptica Jumbo SVM 216.</p> <p>10. Deve ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>	27,22	1.361,00
----	--------	----------------------------	----	---	-------	----------

11	404624	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 3</p> <p>DERIVADOR PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA</p> <p>1. Deve ser projetada para vedação de cabos ópticos nas derivações de Caixas Terminais e Caixas de Emenda ópticas, com Sistema de Vedação Mecânico (SVM).</p> <p>2. Devem ser compostos por:</p> <p>2.1. Pino tampão, confeccionado em PP com anti-uv;</p> <p>2.2. Grommet, confeccionado em TPE;</p> <p>2.3. Trava, injetadas em PP com anti-uv.</p> <p>3. Dimensão: Ø41,75; H:43,5.</p> <p>4. Peso bruto (Kg): 0,07.</p> <p>5. Norma aplicável: ABNT NBR 14401:2016.</p> <p>6. Deve ser fornecido com:</p> <p>7. 12 a 14mm</p> <p>7.1. Um (01) Grummet redondo, com 02 (duas) entradas de Ø12 a 14mm;</p> <p>7.2. Dois (02) Pinos tampões de entradas;</p> <p>7.3. Um (01) conjunto de Travas superior e inferior;</p> <p>7.4. Dois (02) parafuso phillips, para fechamento do derivador;</p> <p>7.5. Dois (02) inserto metálico, para o parafuso phillips.</p> <p>8. Deve possuir 12 meses de garantia, com atendimento no Brasil.</p> <p>9. Deve ser compatível com a Caixa de Emenda Óptica Jumbo SVM 216.</p> <p>10. Deve ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>	27,22	1.361,00
----	--------	----------------------------	----	---	-------	----------

12	404624	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 4</p> <p>DERIVADOR PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA</p> <p>1. Deve ser projetada para vedação de cabos ópticos nas derivações de Caixas Terminais e Caixas de Emenda ópticas, com Sistema de Vedação Mecânico (SVM).</p> <p>2. Devem ser compostos por:</p> <p>2.1. Pino tampão, confeccionado em PP com anti-uv;</p> <p>2.2. Grommet, confeccionado em TPE;</p> <p>2.3. Trava, injetadas em PP com anti-uv.</p> <p>3. Dimensão: Ø41,75; H:43,5.</p> <p>4. Peso bruto (Kg): 0,07.</p> <p>5. Norma aplicável: ABNT NBR 14401:2016.</p> <p>6. Deve ser fornecido com:</p> <p>7. 14 a 15mm</p> <p>7.1. Um (01) Grummet redondo, com 01 (uma) entrada de Ø14 a 15mm;</p> <p>7.2. Um (01) Pinos tampões de entradas;</p> <p>7.3. Um (01) conjunto de Travas superior e inferior;</p> <p>7.4. Dois (02) parafuso phillips, para fechamento do derivador;</p> <p>7.5. Dois (02) inserto metálico, para o parafuso phillips.</p> <p>8. Deve possuir 12 meses de garantia, com atendimento no Brasil.</p> <p>9. Deve ser compatível com a Caixa de Emenda Óptica Jumbo SVM 216.</p> <p>10. Deve ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>	27,22	1.361,00
				<p>DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO</p> <p>1. Descrição: Caixa metálica para concentração, acomodação, distribuição e fusão de fibras ópticas.</p> <p>2. Composição:</p> <p>2.1. Estrutura externa confeccionada em aço carbono SAE 1010 com espessura de 1,2mm;</p> <p>2.2. Tampa frontal em aço carbono SAE 1010 com espessura de 0,9mm;</p>		

13	125563	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>2.3. Bandejas internas em plástico de engenharia na cor branca;</p> <p>2.4. Entrada de cabos pela parte traseira ou lateral do produto;</p> <p>2.5. Gaveta deslizante com corredeira telescópica com abertura de 300mm ou superior.</p> <p>3. Deve ser pintado com tinta epóxi pó preto microtexturizado;</p> <p>4. Deve possuir as dimensões (LxPxA) de 440 mm x 288 mm x 44 mm;</p> <p>5. Deve ter peso bruto de 4 Kg</p> <p>6. Deve possuir 4 posições de fixação para suporte lateral da entrada de cabos ópticos;</p> <p>7. Deve possuir 2 posições de fixação em rack;</p> <p>8. Deve possuir fixação interna para o painel de adaptadores, com recuo da tampa frontal;</p> <p>9. Deve possuir fixação para tampa frontal, não articulável;</p> <p>10. Deve ser fornecido com os acessórios abaixo:</p> <p>10.1. 04 bandejas internas para acomodação de até 12 emendas por bandeja ou 02 bandejas internas para acomodação de até 24 emendas por bandeja, ambas compatíveis com o DIO;</p> <p>10.2. Painel frontal de adaptadores para fixação de 48 acopladores do tipo SC sem flange;</p> <p>10.3. Suporte lateral para auxiliar a entrada de cabos;</p> <p>10.4. Suporte de fixação em racks através de porca gaiola;</p> <p>10.5. 04 porcas gaiola M5;</p> <p>10.6. 04 parafusos M5;</p> <p>10.7. 12 a 16 abraçadeiras plásticas;</p> <p>10.8. 06 a 08 tubos de passagem (cânula);</p> <p>10.9. 01 cartela de ocupação das fibras;</p> <p>10.10. 01 etiqueta de identificação de rota;</p> <p>10.11. Protetor de emenda conforme quantidade de pigtails solicitados no pedido;</p> <p>10.12. Manual de instrução.</p> <p>11. Deve atender as normas IEC 60297-3-100 e IEC 60297-3-105;</p> <p>12. Deve possuir garantia de 12 meses a partir do recebimento do produto;</p>	1.289,00	64.450,00
----	--------	----------------------------	----	---	----------	-----------

				<p>13. Modelo Referência: DIO Fibracem Fit X Plus e DIO Fibracem Fit MPO;</p> <p>14. Deverá ser fornecida, em arquivo formato PDF, ficha técnica (Datasheet) do produto emitido pelo fabricante, para avaliação de requisitos;</p> <p>14.1. Não será admitido envio de arquivo gerado de impressão da página WEB de terceiros, para avaliação técnica de requisitos.</p>		
14	125563	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO MINI</p> <p>1. Descrição: Mini Caixa metálica para concentração, acomodação, distribuição e fusão de fibras ópticas.</p> <p>2. Composição:</p> <p>2.1. Estrutura externa confeccionada em aço carbono;</p> <p>2.2. Bandejas internas removível, fabricada em aço carbono, para acomodação das fusões ópticas e reservas de fibras ópticas;</p> <p>2.3. 2 entradas de cabos pela parte traseira;</p> <p>2.4. Painel de adaptadores fabricado em aço.</p> <p>3. Deve ser pintado com tinta epóxi pó preto microtexturizado;</p> <p>4. Deve possuir as dimensões (LxPxA) de 142 mm x 35 mm x 207 mm;</p> <p>5. Deve ter peso bruto de 0,74 Kg</p> <p>6. De possuir painel frontal para fixação de, no mínimo, 6 acopladores e, no máximo, 12 acopladores, dos tipos SC Simples ou LC Duplex;</p> <p>7. Deve ser fornecido com os acessórios abaixo:</p> <p>7.1. 02 Abraçadeiras plásticas 100 mm;</p> <p>7.2. 02 Abraçadeiras plásticas 200 mm;</p> <p>7.3. 02 Buchas de nylon S6;</p> <p>7.4. 01 Cartela de identificação 1 a 12 DIO;</p> <p>7.5. 02 Parafusos auto atarraxantes;</p> <p>7.6. 02 Borracha tipo tampão</p> <p>7.7. 01 Protetor emborrachado de emenda para cada fibra;</p> <p>7.8. 01 Tubo de passagem (cânula) para cada 6 fibras;</p> <p>7.9. 3 Tubos organizadores;</p> <p>7.10. Manual de instruções.</p> <p>8. Deve possuir garantia de 12</p>	134,99	6.749,50

				<p>meses a partir do recebimento do produto;</p> <p>9. Modelo Referência: DIO Mini 12F LC Fibracem</p> <p>10. Deverá ser fornecida, em arquivo formato PDF, ficha técnica (Datasheet) do produto emitido pelo fabricante, para avaliação de requisitos;</p> <p>10.1. Não será admitido envio de arquivo gerado de impressão da página WEB de terceiros, para avaliação técnica de requisitos.</p>		
18	218045	Unidade (UN) com 1 Unidade	2000	<p>ESTICADOR TIPO 8 PARA CABO TELEFONICO</p> <p>1. Descrição: Esticador de cabos telefônicos e fibras ópticas tipo Drop, para postes</p> <p>2. Composição: Esticador plástico e gancho de aço para ancoragem</p> <p>3. Formato do esticador: Tipo 8</p> <p>4. Construção:</p> <p>4.1. Esticador: Peça termoplástica aditivada em UV;</p> <p>4.2. Gancho: Peça fabricado em aço ABNT 1020, zincado à quente;</p> <p>5. Cor do esticador: Preto ou Azul, a ser definido no momento do empenho;</p> <p>6. Deverá ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>	1,49	2.980,00
LOTE 2						
				<p>CONECTOR RJ45 FEMEA CATEGORIA 6</p> <p>1. Aplicações suportadas:</p> <p>1.1. IEEE 802.3, 1000BASE-T</p> <p>1.2. 1000BASE-TX</p> <p>1.3. EIA/TIA-854</p> <p>1.4. ANSI-EIA/TIA-862</p> <p>1.5. ATM</p> <p>1.6. Vídeo</p> <p>1.7. Sistemas de Automação Predial</p> <p>1.8. Todos os protocolos LAN anteriores</p> <p>2. Cor: Branco</p> <p>3. Tipo de Conector: RJ-45 Fêmea (Keystone Jack) com porta anti pó</p> <p>4. Padrão de montagem: T568A e T568B</p> <p>5. Conexão traseira: Padrão 110 IDC, 8 posições, em bronze</p>		

4	428488	Unidade (UN) com 1 Unidade	10000	<p>fósforo estanhado e tampa para conexão em 90° e 180° na cor cristal.</p> <p>6. Tipo de cabo : U/UTP Cat.6</p> <p>7. Material de contato elétrico:</p> <p>7.1. Terminal interno: Bronze fosforoso com 3" micrômetros de ouro</p> <p>7.2. Terminal traseiro Dual IDC : Bronze Fosforoso com banho de Níquel</p> <p>8. Diâmetro do Condutor: 24 a 22 AWG</p> <p>9. Material do corpo do produto: Policabornato de alta densidade</p> <p>10. Temperatura de Operação: - 10°C a +60°C</p> <p>11. Resistência de Isolamento: 500 MΩ</p> <p>12. Resistência de Contato: 100mΩ</p> <p>13. Resistência de isolamento : Mínimo 500 mOhm</p> <p>14. Prova de tensão elétrica aplicada: 1000V (RMS, 60Hz, 1min)</p> <p>15. Identificação: Identificação de categoria na face frontal em baixo relevo</p> <p>16. Rastreamento: Indicação do lote de produção no corpo do produto</p> <p>17. Modo de inserção do cabo: Ângulo de 90° e 180° com o mesmo produto</p> <p>18. Conector deve estar de acordo com as diretivas RoHS (Restriction of Hazardous Substances)</p> <p>19. Deve ser compatibilidade com:</p> <p>19.1. Conectores RJ11 macho</p> <p>19.2. Patch Panel Descarregado WT-2040A ou WT-2224A;</p> <p>20. Obrigatório atendimento das Normas:</p> <p>20.1. NBR 14565</p> <p>20.2. ANSI/TIA-568.2-D (Categoria 6 (10/100/1000 Mbps))</p> <p>20.3. ISO/IEC 11801</p> <p>21. Deve sr fornecido em sacola plástica translúcida, devendo descrever o produto fornecido, o modelo do produto e o fabricante.</p> <p>22. Garantia: 12 meses</p> <p>23. Conforme disposto no item I do artigo 15 da lei 8.666, de 21</p>	54,32	543.200,00
---	--------	-------------------------------------	-------	---	-------	------------

				<p>de junho de 1993 (I – Atender ao princípio de padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas), tanto os hardwares quanto os softwares dos ativos deste termo deverão ser do mesmo fabricante;</p> <p>24. Deverá ser fornecida ficha técnica (Datasheet) do produto, emitido pelo fabricante e em arquivo formato PDF, para avaliação de requisitos.</p>		
6	474171	Unidade (UN) com 1 Unidade	250	<p>PATCH PANEL 24 PORTAS DESCARREGADO</p> <p>1. Identificação: Logo do fabricante e indicação da categoria na parte frontal</p> <p>2. Características Construtivas:</p> <p>2.1. Altura: 43,7 mm (1U)</p> <p>2.2. Largura: 482,6mm (19")</p> <p>2.3. Profundidade, com guia traseiro: No mínimo de 78 mm</p> <p>2.4. Espessura da Chapa: 1,52 mm</p> <p>2.5. Material do corpo do do produto: Aço</p> <p>2.6. Acabamento: Pintura de alta resistência a riscos</p> <p>3. Cor: Painel frontal Preto e guias dos cabos cromados</p> <p>4. Método de montagem: Painel Descarregado, para inserção de conectores individuais</p> <p>5. Compatibilidade de Conectores frontal:</p> <p>5.1. CAT 6A de diversos fabricantes</p> <p>5.2. WT-2201 ou WT-2022B-W</p> <p>6. Suporte a conectores PoE++ (802.3bt)</p> <p>7. Quantidade de posições: 24 posições numeradas, permitindo a identificação das conexões</p> <p>8. Deve atender as normas:</p> <p>8.1. NBR 14565</p> <p>8.2. ISO/IEC 11801</p> <p>8.3. EIA/ECA-310-E</p> <p>9. Deve estar de acordo com as diretivas RoHS (Restriction of Hazardous Substances)</p> <p>10. Deve ser fornecido com:</p> <p>10.1. 4 parafusos de fixação M6</p> <p>10.2. Guia traseira de fixação individual dos cabos</p> <p>10.3. Abraçadeiras plásticas</p>	449,00	112.250,00

			<p>11. Garantia: 12 meses</p> <p>12. Conforme disposto no item I do artigo 15 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (I – Atender ao princípio de padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas), tanto os hardwares quanto os softwares dos ativos deste termo deverão ser do mesmo fabricante;</p> <p>13. Deverá ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>		
LOTE 3					
			<p>ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 16 PORTAS</p> <p>1. Gateway FXS de alta densidade com 16 interfaces de telefone FXS;</p> <p>2. Deve possuir, no mínimo, uma interface RJ45 Fast Ethernet (10/100 Mbps) ou Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps) com detecção automática;</p> <p>3. Deve suportar a configuração de 4 servidores SIP distintos;</p> <p>4. Deve realizar migração automática para servidor SIP secundário, em caso de falha do servidor SIP primário (failover);</p> <p>5. Deve suportar 16 contas SIP, vinculadas à servidores SIP independentes por interface de telefone FXS;</p> <p>6. Devem ser fornecidas 16 interfaces de telefone FXS, por meio de 16 portas RJ11 e 1 cabo com conector Telco de 50 pinos cada;</p> <p>7. Deve possuir compatibilidade com os sistemas de PABX IP:</p> <p>7.1. FreePBX;</p> <p>7.2. Elastix;</p> <p>7.3. 3CX;</p> <p>7.4. Issabel.</p> <p>8. Deve suportas Codecs de compressão de voz, dos tipos:</p> <p>8.1. G.711;</p> <p>8.2. G.723.1;</p> <p>8.3. G.726-32;</p>		

				<p>8.4. G.729;</p> <p>8.5. G.722 (wide band);</p> <p>8.6. iLBC;</p> <p>8.7. Opus (wide-band).</p> <p>9. Deve realizar neutralização de eco em nível de portadora baseada em janela, buffer de tremulação dinâmico, detecção moderna e troca automática para o G.711;</p> <p>10. Deve possuir recurso de Qualidade de Serviço (QoS), através de:</p> <p>10.1. DiffServ;</p> <p>10.2. TOS;</p> <p>10.3. 802.1P/Q Marcação de VLAN.</p> <p>11. Deve suportar os métodos DTMF:</p> <p>11.1. Transmissão DTMF flexível, incluída em áudio;</p> <p>11.2. RFC 2833;</p> <p>11.3. SIP INFO.</p> <p>12. Deve suportar sinalização SIP (RFC 3261) sobre UDP/TCP/TLS;</p> <p>13. Deve disponibilizar identificador de chamada nos padrões Bellcore tipo 1 e 2, CID Cadeado em ETSI, BT, NTT e DTMF.</p> <p>14. Deve suportar comunicação de FAX por T.38 e FAX sobre IP, nas interfaces de telefone FXS;</p> <p>14.1. Deve possuir relé de fax compatível com T.38 Grupo 3 de até 14,4 Kpbs e comutação automática para o G.711 para passagem de fax, "fax data pump" V.17, V.21, V.27ter, V.29 para relé de fax T.38;</p> <p>15. Deve fornecer os recursos avançados de telefonia de:</p> <p>15.1. Exibição ou bloqueio do identificador de chamadas;</p> <p>15.2. Chamada em espera</p> <p>15.3. Transferência de chamadas assistida ou cega;</p> <p>15.4. Encaminhamento de chamadas;</p> <p>15.5. Não perturbe;</p> <p>15.6. Conferência de três vias;</p> <p>15.7. Retorno da última chamada;</p> <p>15.8. Paginação;</p> <p>15.9. Plano de discagem flexível;</p> <p>15.10. Suporta indicador LED de chamada em espera (NEON LED) e toque intermitente;</p> <p>15.11. Discagem automática.</p>		
--	--	--	--	---	--	--

15	348827	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>16. Deve suportar os métodos de desconexão:</p> <p>16.1. Tom de ocupado;</p> <p>16.2. Inversão/troca de polaridade;</p> <p>16.3. Loop de Corrente.</p> <p>17. Deve suportar os protocolos de rede:</p> <p>17.1. TCP/UDP;</p> <p>17.2. RTP/RTCP;</p> <p>17.3. HTTP/HTTPS;</p> <p>17.4. ARP;</p> <p>17.5. ICMP;</p> <p>17.6. DNS;</p> <p>17.7. DHCP;</p> <p>17.8. NTP;</p> <p>17.9. TFTP;</p> <p>17.10. PPPoE;</p> <p>17.11. STUN;</p> <p>17.12. LLDP.</p> <p>18. Deve suportar os protocolos de segurança:</p> <p>18.1. SRTP;</p> <p>18.2. TLS/SIPS;</p> <p>18.3. HTTPS (Criptografia AES-128 para SRTP, TLS e HTTPS);</p> <p>18.4. Inicialização segura (SecureBoot);</p> <p>18.5. Senha randômica de administração.</p> <p>19. Deve permitir gerenciamento por:</p> <p>19.1. Syslog;</p> <p>19.2. Interface WEB, via HTTP ou HTTPS, com menus nos idiomas Inglês, Espanhol, Francês, Russo e Chinês.</p> <p>19.3. SSH;</p> <p>19.4. Comando de voz;</p> <p>19.5. TR069.</p> <p>20. Deve suportar provisionamento automatizado, através dos protocolos:</p> <p>20.1. TFTP;</p> <p>20.2. HTTP;</p> <p>20.3. HTTPS;</p> <p>20.4. FTP;</p> <p>20.5. FTPS;</p> <p>20.6. TR069.</p> <p>21. Deve suportar provisionamento automático, sem necessitar configuração prévia (zero config), com o PBXs série UCM, da Grandstream;</p> <p>22. Deve suportar linhas de até 1,8 Km (6000ft), com fios 24 AWG;</p> <p>23. Deve possuir proteção elétrica contra sobretensão e</p>	2.943,92	147.196,00
----	--------	----------------------------	----	--	----------	------------

				<p>corrente excessiva, conforme recomendação ITU-T K.21, nível básico de teste;</p> <p>24. Deve possuir tela gráfica de LCD de 128x32, com luz de fundo, com botões na lateral e suporte em vários idiomas;</p> <p>25. Deve possuir indicador de led para:</p> <p>25.1. Alimentação de energia;</p> <p>25.2. Conexão de rede;</p> <p>25.3. Atividade de rede;</p> <p>25.4. Conexão das interfaces de telefone FXS.</p> <p>26. Deve funcionar em tensão de 24 VCC;</p> <p>26.1. Deve ser fornecida fonte de alimentação com tensão de entrada de 100 ~ 240 VCA, nas frequências de 50 ~ 60 Hz e tensão de saída de 24 VCC, com corrente de 6,25 A e potência de 150W, para energizar o gateway;</p> <p>26.2. O cabo de energia da fonte de alimentação deve possuir plugue 2P+T padrão NBR 14136 de, no mínimo, 10A.</p> <p>27. Deve ter as dimensões de 440 mm (C) x 255 mm (L) x 44 mm (A);</p> <p>28. Deve possuir peso de 3,36 Kg;</p> <p>29. Devem ser fornecidas cantoneiras frontais, parafusos e demais materiais para montagem do gateway em Rack e mesa;</p> <p>30. Deve atender aos padrões de conformidade:</p> <p>30.1. FCC: Part 15 (CFR 47) Class B;</p> <p>30.2. IC: ICES-003;</p> <p>30.3. CE: EN55032 Class B, EN55035, EN IEC 61000-3-2, EN61000-3-3, EN IEC 62368-1, RoHS;</p> <p>30.4. C-TICK: AS/NZS CISPR 32 Class B, AS/NZS 62368.1, AS/CA S003.1;</p> <p>30.5. ITU-T K.21 (Basic Test Level); UL 60950 (power adapter).</p> <p>31. Deverá ser fornecido, preferencialmente, hardware na versão 2;</p> <p>32. Deve possuir garantia de, no mínimo, 1 ano;</p> <p>33. Modelo referência: Grandstream GXW4216 V2</p> <p>34. Deve ser fornecido, no</p>		
--	--	--	--	---	--	--

				formato PDF, as especificações técnicas do produto (DataSheet), disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.		
				<p>ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 48 PORTAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Gateway FXS de alta densidade com 48 interfaces de telefone FXS; 2. Deve possuir, no mínimo, uma interface RJ45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps) com detecção automática; 3. Deve suportar a configuração de 4 servidores SIP distintos; 4. Deve realizar migração automática para servidor SIP secundário, em caso de falha do servidor SIP primário (failover); 5. Deve suportar 48 contas SIP, vinculadas à servidores SIP independentes por interface de telefone FXS; 6. Devem ser fornecidas 48 interfaces de telefone FXS, por meio de 2 cabos com conector Telco de 50 pinos cada; 7. Deve possuir compatibilidade com os sistemas de PABX IP: <ol style="list-style-type: none"> 7.1. FreePBX; 7.2. Elastix; 7.3. 3CX; 7.4. Issabel. 8. Deve suportar Codecs de compressão de voz, dos tipos: <ol style="list-style-type: none"> 8.1. G.711; 8.2. G.723.1; 8.3. G.726-32; 8.4. G.729; 8.5. G.722 (wide band); 8.6. iLBC; 8.7. Opus (wide-band). 9. Deve realizar neutralização de eco em nível de portadora baseada em janela, buffer de tremulação dinâmico, detecção moderna e troca automática para o G.711; 10. Deve possuir recurso de Qualidade de Serviço (QoS), através de: <ol style="list-style-type: none"> 10.1. DiffServ; 10.2. TOS; 10.3. 802.1P/Q Marcação de VLAN. 11. Deve suportar os métodos DTMF: <ol style="list-style-type: none"> 11.1. Transmissão DTMF flexível, incluída em áudio; 		

16	348827	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>11.2. RFC 2833;</p> <p>11.3. SIP INFO.</p> <p>12. Deve suportar sinalização SIP (RFC 3261) sobre UDP/TCP/TLS;</p> <p>13. Deve disponibilizar identificador de chamada nos padrões Bellcore tipo 1 e 2, CID Cadeado em ETSI, BT, NTT e DTMF.</p> <p>14. Deve suportar comunicação de FAX por T.38 e FAX sobre IP, nas interfaces de telefone FXS;</p> <p>14.1. Deve possuir relé de fax compatível com T.38 Grupo 3 de até 14,4 Kpbs e comutação automática para o G.711 para passagem de fax, "fax data pump" V.17, V.21, V.27ter, V.29 para relé de fax T.38;</p> <p>15. Deve fornecer os recursos avançados de telefonia de:</p> <p>15.1. Exibição ou bloqueio do identificador de chamadas;</p> <p>15.2. Chamada em espera</p> <p>15.3. Transferência de chamadas assistida ou cega;</p> <p>15.4. Encaminhamento de chamadas;</p> <p>15.5. Não perturbe;</p> <p>15.6. Conferência de três vias;</p> <p>15.7. Retorno da última chamada;</p> <p>15.8. Paginação;</p> <p>15.9. Plano de discagem flexível;</p> <p>15.10. Suporta indicador LED de chamada em espera (NEON LED) e toque intermitente;</p> <p>15.11. Discagem automática.</p> <p>16. Deve suportar os métodos de desconexão:</p> <p>16.1. Tom de ocupado;</p> <p>16.2. Inversão/troca de polaridade;</p> <p>16.3. Loop de Corrente.</p> <p>17. Deve suportar os protocolos de rede:</p> <p>17.1. TCP/UDP;</p> <p>17.2. RTP/RTCP;</p> <p>17.3. HTTP/HTTPS;</p> <p>17.4. ARP;</p> <p>17.5. ICMP;</p> <p>17.6. DNS;</p> <p>17.7. DHCP;</p> <p>17.8. NTP;</p> <p>17.9. TFTP;</p> <p>17.10. PPPoE;</p> <p>17.11. STUN;</p> <p>17.12. LLDP.</p> <p>18. Deve suportar os protocolos</p>	8.712,33	435.616,50
----	--------	----------------------------	----	--	----------	------------

				<p>de segurança:</p> <p>18.1. SRTP;</p> <p>18.2. TLS/SIPS;</p> <p>18.3. HTTPS (Criptografia AES-128 para SRTP, TLS e HTTPS);</p> <p>18.4. Inicialização segura (SecureBoot);</p> <p>18.5. Senha randômica de administração.</p> <p>19. Deve permitir gerenciamento por:</p> <p>19.1. Syslog;</p> <p>19.2. Interface WEB, via HTTP ou HTTPS, com menus nos idiomas Inglês, Espanhol, Francês, Russo e Chinês.</p> <p>19.3. SSH;</p> <p>19.4. Comando de voz;</p> <p>19.5. TR069.</p> <p>20. Deve suportar provisionamento automatizado, através dos protocolos:</p> <p>20.1. TFTP;</p> <p>20.2. HTTP;</p> <p>20.3. HTTPS;</p> <p>20.4. FTP;</p> <p>20.5. FTPS;</p> <p>20.6. TR069.</p> <p>21. Deve suportar provisionamento automático, sem necessitar configuração prévia (zero config), com o PBXs série UCM, da Grandstream;</p> <p>22. Deve suportar linhas de até 1,8 Km (6000ft), com fios 24 AWG;</p> <p>23. Deve possuir proteção elétrica contra sobretensão e corrente excessiva, conforme recomendação ITU-T K.21, nível básico de teste;</p> <p>24. Deve possuir tela gráfica de LCD de 128x32, com luz de fundo, com botões na lateral e suporte em vários idiomas;</p> <p>25. Deve possuir indicador de led para:</p> <p>25.1. Alimentação de energia;</p> <p>25.2. Conexão de rede;</p> <p>25.3. Atividade de rede;</p> <p>25.4. Conexão das interfaces de telefone FXS.</p> <p>26. Deve funcionar em tensão de 24 VCC;</p> <p>26.1. Deve ser fornecida fonte de alimentação com tensão de entrada de 100 ~ 240 VCA, nas frequências de 50 ~ 60 Hz e tensão de saída de 24 VCC, com</p>		
--	--	--	--	---	--	--

			<p>corrente de 6,25 A e potência de 150W, para energizar o gateway;</p> <p>26.2. O cabo de energia da fonte de alimentação deve possuir plugue 2P+T padrão NBR 14136 de, no mínimo, 10A.</p> <p>27. Deve ter as dimensões de 440 mm (C) x 255 mm (L) x 44 mm (A);</p> <p>28. Deve possuir peso de 3,36 Kg;</p> <p>29. Devem ser fornecidas cantoneiras frontais, parafusos e demais materiais para montagem do gateway em Rack e mesa;</p> <p>30. Deve atender aos padrões de conformidade:</p> <p>30.1. FCC: Part 15 (CFR 47) Class B;</p> <p>30.2. IC: ICES-003;</p> <p>30.3. CE: EN55032 Class B, EN55035, EN IEC 61000-3-2, EN61000-3-3, EN IEC 62368-1, RoHS;</p> <p>30.4. C-TICK: AS/NZS CISPR 32 Class B, AS/NZS 62368.1, AS/CA S003.1;</p> <p>30.5. ITU-T K.21 (Basic Test Level); UL 60950 (power adapter).</p> <p>31. Deverá ser fornecido hardware na versão 2;</p> <p>31.1. Havendo hardware desenvolvido após a versão 2, deverá ser fornecida a última versão desenvolvida pelo fabricante.</p> <p>32. Deve possuir garantia de, no mínimo, 1 ano;</p> <p>33. Modelo referência: Grandstream GXW4248 V2</p> <p>34. Deve ser fornecido, no formato PDF, as especificações técnicas do produto (DataSheet), disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>		
			<p>ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 8 PORTAS</p> <p>1. Gateway FXS (ATA) com 8 interfaces de telefone FXS;</p> <p>2. Deve possuir, no mínimo, duas interface RJ45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps) com detecção automática;</p> <p>2.1. Deve incluir as funções de Rede:</p> <p>2.1.1. Somente WAN</p> <p>2.1.2. Roteador NAT</p> <p>2.1.3. Bridge</p>		

				<p>3. Deve suportar a configuração de 4 servidores SIP distintos;</p> <p>4. Deve realizar migração automática para servidor SIP secundário, em caso de falha do servidor SIP primário (failover);</p> <p>5. Deve suportar 8 contas SIP, vinculadas à servidores SIP independentes por interface de telefone FXS;</p> <p>6. Devem ser fornecidas 8 interfaces de telefone FXS RJ11;</p> <p>7. Deve possuir compatibilidade com os sistemas de PABX IP:</p> <p>7.1. FreePBX;</p> <p>7.2. Elastix;</p> <p>7.3. 3CX;</p> <p>7.4. Issabel.</p> <p>8. Deve suportas Codecs de compressão de voz, dos tipos:</p> <p>8.1. G.711;</p> <p>8.2. G.723.1;</p> <p>8.3. G.726-32;</p> <p>8.4. G.729;</p> <p>8.5. G.722 (wide band);</p> <p>8.6. iLBC;</p> <p>8.7. Opus (wide-band).</p> <p>8.8. Neutralização de eco em nível de portadora baseada em janela</p> <p>8.9. Buffer de tremulação dinâmico</p> <p>9. Deve possuir recurso de Qualidade de Serviço (QoS), através de:</p> <p>9.1. DiffServ;</p> <p>9.2. TOS;</p> <p>9.3. 802.1P/Q Marcação de VLAN.</p> <p>10. Deve suportar os métodos DTMF:</p> <p>10.1. Transmissão DTMF flexível, incluída em áudio;</p> <p>10.2. RFC 2833;</p> <p>10.3. SIP INFO.</p> <p>11. Deve suportar sinalização SIP (RFC 3261) sobre UDP/TCP/TLS;</p> <p>12. Deve disponibilizar identificador de chamada nos padrões Bellcore tipo 1 e 2, CID Cadeado em ETSI, BT, NTT e DTMF.</p> <p>13. Deve suportar comunicação de FAX sobre IP, nas interfaces de telefone FXS;</p> <p>13.1. Deve possuir relé de fax compatível com T.38 Grupo 3 de até 14,4 Kpbs e comutação automática para o G.711;</p>		
--	--	--	--	--	--	--

17	348827	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>14. Deve fornecer os recursos avançados de telefonia de:</p> <p>14.1. Exibição ou bloqueio do identificador de chamadas;</p> <p>14.2. Chamada em espera</p> <p>14.3. Transferência de chamadas assistida ou cega;</p> <p>14.4. Encaminhamento de chamadas;</p> <p>14.5. Não perturbe;</p> <p>14.6. Retenção;</p> <p>14.7. Conferência em 3 vias;</p> <p>15. Deve suportar os métodos de desconexão:</p> <p>15.1. Tom de ocupado;</p> <p>15.2. Inversão/troca de polaridade;</p> <p>15.3. Loop de Corrente.</p> <p>16. Deve suportar os protocolos de rede:</p> <p>16.1. TCP/UDP;</p> <p>16.2. RTP/RTCP;</p> <p>16.3. HTTP/HTTPS;</p> <p>16.4. ARP;</p> <p>16.5. ICMP;</p> <p>16.6. DNS;</p> <p>16.7. DHCP;</p> <p>16.8. NTP;</p> <p>16.9. TFTP;</p> <p>16.10. PPPoE;</p> <p>16.11. STUN;</p> <p>17. Deve suportar os protocolos de segurança:</p> <p>17.1. SRTP;</p> <p>17.2. TLS/SIPS;</p> <p>17.3. HTTPS (Criptografia AES-128 para SRTP, TLS e HTTPS);</p> <p>18. Deve permitir gerenciamento por:</p> <p>18.1. Syslog;</p> <p>18.2. Interface WEB, via HTTP ou HTTPS, com menus nos idiomas Inglês, Espanhol, Russo e Chinês.</p> <p>18.3. SSH;</p> <p>18.5. TR069.</p> <p>19. Deve suportar provisionamento automatizado, através dos protocolos:</p> <p>19.1. TFTP;</p> <p>19.2. HTTP;</p> <p>19.3. HTTPS;</p> <p>19.4. FTP;</p> <p>19.5. FTPS;</p> <p>19.6. TR069.</p> <p>20. Deve suportar provisionamento automático, sem necessitar configuração prévia (zero config), com o PBXs 3CX e Grandstream;</p>	1.143,77	57.188,50
----	--------	----------------------------	----	---	----------	-----------

			<p>21. Deve suportar linhas de até 1Km, com fios 24 AWG;</p> <p>22. Deve possuir indicador de led para:</p> <p>22.1. Alimentação de energia;</p> <p>22.2. Conexão de rede;</p> <p>22.3. Atividade de rede;</p> <p>22.4. Conexão das 8 interfaces de telefone FXS.</p> <p>23. Deve funcionar em tensão de 12 VCC por 1,5A;</p> <p>23.1. Deve ser fornecida fonte de alimentação com tensão de entrada de 100 ~ 240 VCA, nas frequências de 50 ~ 60 Hz e tensão de saída de 12 VCC, com corrente de 1,5 A, para energizar o gateway;</p> <p>23.2. O cabo de energia da fonte de alimentação deve possuir plugue 2Ppadrão NBR 14136.</p> <p>24. Deve ter as dimensões de 180 mm (C) x 120 mm (L) x 36 mm (A);</p> <p>25. Deve possuir peso de 356g;</p> <p>26. Deve atender aos padrões de conformidade:</p> <p>26.1. FCC;</p> <p>26.2. CE</p> <p>26.3. RCM</p> <p>27. Deve possuir garantia de, no mínimo, 1 ano;</p> <p>28. Modelo referência: Grandstream HT818</p> <p>29. Deve ser fornecido, no formato PDF, as especificações técnicas do produto (DataSheet), disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>		
ITENS AUTÔNOMOS					
			<p>FIBRA ÓPTICA DROP 4 FO 1000 METROS</p> <p>1. Descrição: Cabos ópticos de terminação CFOAC-BLI A/B-AS-UT constituído por fibras ópticas monomodo, revestidas em acrilato e resistência à penetração de umidade.</p> <p>2. Construção do cabo:</p> <p>2.1. Revestimento da fibra: Acrilato</p> <p>2.3. Capa externa: Material termoplástico anti-UV</p> <p>2.3.1. Deve possuir cordão de rasgamento para abertura longitudinal</p> <p>2.4. Classe de Flamabilidade:</p>		

1	348309	Rolo (RO) com 1000 Metros	10	<p>2.4.1. COG – Cabo óptico de uso geral, ou</p> <p>2.4.2. LSZH – Baixa emissão de fumaça e livre de halogênios (Low Smoke Zero Halogen)</p> <p>2.5. As fibras ópticas deverão estar agrupadas entre si, devidamente identificadas e protegidas por um tubo de material termoplástico preenchido com geléia, proporcionando proteção contra umidade, mecânica e térmica às fibras ópticas.</p> <p>2.6. Estrutura interna: Núcleo do cabo, protegido por materiais hidro-expansíveis e por fios dielétricos solidários ao conjunto para sustentação mecânica (fios de aramida)</p> <p>2.7. Quantidade de fibras: Mínimo de 4 fibras</p> <p>2.8. Identificação interna das fibras: Padrão ABNT</p> <p>2.9. Diâmetro externo: 5,0 mm (+/- 0,2mm)</p> <p>2.10. Peso Líquido, por quilometro: 21 Kg (+/-1 Kg)</p> <p>3. Características Mecânicas e Ambientais do cabo:</p> <p>3.1. Carga máxima de operação (CMO): 1250 N</p> <p>3.1.1. Deformação nas fibras ópticas: <= 0,6%</p> <p>3.2. Vão máximo suportado (flecha de 1%): Máximo de 80 metros</p> <p>3.3. Raio mínimo de curvatura:</p> <p>3.3.1. Durante instalação: 20 x diâmetro externo do cabo</p> <p>3.3.2. Em execução: 63mm ou 75 mm</p> <p>3.4. Temperatura de operação: - 20°C a +65°C</p> <p>4. Características ópticas</p> <p>4.1. Tipo de Fibra óptica:</p> <p>4.1.1. SM Monomodo G.652 e suas variantes, ou</p> <p>4.1.2. SM Monomodo G.657 A2</p> <p>4.2. Atenuação óptica:</p> <p>4.2.1. Comprimento de 1310 nm: Atenuação ≤ 0,36 dB/km ou inferior</p> <p>4.2.2. Comprimento de 1550 nm: Atenuação ≤ 0,22 dB/km ou inferior</p> <p>5. Características adicionais do cabo de fibras ópticas:</p> <p>5.1. Deve possuir ao longo da</p>	2.580,00	25.800,00
---	--------	---------------------------	----	--	----------	-----------

			<p>Capa Externa, às identificações abaixo:</p> <p>5.1.1. Fabricante</p> <p>5.1.2. Tipo de Fibra óptica</p> <p>5.1.3. Quantidade de fibras</p> <p>5.1.4. Número da homologação junto à ANATEL</p> <p>5.1.5. Lote de fabricação</p> <p>5.1.6. Ano de fabricação</p> <p>5.1.7. Metragem</p> <p>5.2. Ambiente de Operação:</p> <p>5.2.1. Aéreo Autossustentado</p> <p>6. Normas aplicadas:</p> <p>6.1. ANATEL</p> <p>6.2. ITU</p> <p>6.2.1. G.652, ou</p> <p>6.2.2. G.657</p> <p>6.3. ABNT NBR 13512</p> <p>6.4. ABNT NBR 13507</p> <p>7. Certificações:</p> <p>7.1. ANATEL, registrado no nome do fabricante (quando fabricação nacional) ou no nome do distribuidor (quando importado, informando nome comercial utilizado no produto)</p> <p>7.1.1. Informar o nº de registro para consulta</p> <p>8. Comprimento: 1000 metros</p> <p>9. Acondicionamento: Bobina de madeira devidamente identificada e protegida.</p> <p>10. Deverá ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>		
			<p>CABO DE REDE GIGABIT ETHERNET, PADRÃO CABEAMENTO UTP CATEGORIA 6, BITOLA CONDUTOR 23AWG, TIPO CONDUTOR TRANÇADO, CAIXA 305 METROS;</p> <p>1. Condutor: Fio sólido de cobre eletrolítico nu, recozido, com diâmetro nominal de 23AWG</p> <p>2. Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal de 1.0mm</p> <p>3. Pares: Condutores isolados reunidos dois a dois, formando o par. Passos de torcimento adequados, atendendo aos níveis de diafonia previstos e minimizando o deslocamento relativo entre si.</p> <p>4. Quantidade de Pares: 4 pares</p> <p>5. Código de Cores: Par Condutor</p>		

2	469650	CAIXA (CX) com 305 METRO	1000	<p>"A" Condutor "B" 1 Azul Branco / Listra Azul 2 Laranja Branco / Listra Laranja 3 Verde Branco / Listra Verde 4 Marrom Branco Listra Marrom</p> <p>6. Núcleo: Pares reunidos com passo adequado, formando o núcleo do cabo</p> <p>7. Deve utilizar um elemento central em material termoplástico para separação dos 4 pares binados</p> <p>8. Blindagem: Não Blindado (UTP)</p> <p>9. Capa: Constituído por PVC retardante a chama tipo CM, CMR ou Composto por material termoplástico LSZH</p> <p>10. Gravação: Deverá conter, na capa externa do cabo, impressão com a Marca, Modelo, Norma aplicada, Certificação Anatel, Informações de rastreabilidade e comprimento do cabo</p> <p>11. Diâmetro Nominal: 6.2mm +- 0.1mm</p> <p>12. Cor da capa: Azul</p> <p>12.1. A CONTRATANTE poderá solicitar outra cor de capa (Vermelho, Amarelo, Verde, Cinza, Laranja, Preto, ou Marrom), mediante comunicação no momento do empenho.</p> <p>12.2. A alteração de cor da capa não implicará em custos adicionais para o fornecimento do produto.</p> <p>13. Temperatura de Instalação: 0°C a 50°C</p> <p>14. Temperatura de Operação: - 20°C a 60°C</p> <p>15. Desequilíbrio Resistivo Máximo: 5%</p> <p>16. Resistência Elétrica CC Máxima do Condutor de 20°C: 93,8 Ω/km</p> <p>17. Capacitância Mutua 1kHz – Máximo: 56 pF/m</p> <p>18. Desequilíbrio Capacitivo Par x Terra 1kHz – Máximo : 3,3 pF/m</p> <p>19. Impedância Característica: 100±15% Ω</p> <p>20. Atraso de Propagação Máximo: 545ns/100m @ 10MHz - 538 @ 100MHz - 536 @ 250MHz</p> <p>21. Diferença entre o Atraso de Propagação – Máximo: 45ns/100m</p>	2.570,40	2.570.400,00
---	--------	--------------------------	------	--	----------	--------------

			<p>22. Resistência de Isolamento: 10000 MΩ.km</p> <p>23. Velocidade de Propagação Nominal: 68%</p> <p>24. Metragem do cabo: 305 metros;</p> <p>25. Cabo deve estar de acordo com as diretivas RoHS (Restriction of Hazardous Substances)</p> <p>26. Pode ser utilizado com os seguintes padrões atuais de redes, citados abaixo:</p> <p>26.1. GIGABIT ETHERNET, IEEE 802.3ab;</p> <p>26.2. 1000 baseT, IEEE 802.3an;</p> <p>26.3. 100BASE-TX, IEEE 802.3u;</p> <p>26.4. 100BASE-T4, IEEE 802.3u;</p> <p>26.5. ATM -155 (UTP);</p> <p>26.6. e outros padrões compatíveis com ao Cabo CAT 6</p> <p>27. Suporte a POE:</p> <p>27.1. PoE (IEEE 802.3af) - Sem restrição de feixe;</p> <p>27.2. PoE+ (IEEE 802.at) - Sem restrição de feixe;</p> <p>28. Link Permanente: até 90m</p> <p>29. Canal: até 4 conexões – 100m</p> <p>30. MPTL: até 90m</p> <p>31. Normas Aplicáveis:</p> <p>31.1. ABNT NBR 14565</p> <p>31.2. ABNT NBR 14703</p> <p>31.3. ABNT NBR 14705</p> <p>31.4. ABNT IEC 60332-3-25</p> <p>31.5. ANSI/TIA-568.2-D</p> <p>31.6. ISO/IEC 11801</p> <p>32. Certificações:</p> <p>32.1. ANATEL (Informar o nº de registro para consulta)</p> <p>33. Embalagem: Caixa de papelão para carretel de 305 metros com saída fácil em meio ao cabo.</p> <p>34. Deverá ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>		
			<p>CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO:LSZH(LOW SMOKE ZERO HALOGEN), MATERIAL CONDUTOR:COBRE NÚ, BITOLA CONDUTOR:23 AWG, TIPO CONDUTOR:PAR TRANÇADO NÃO BLINDADO, TIPO CABO:UTP 6, COR:VERMELHA, PADRÃO</p>		

3	469650	CAIXA (CX) com 305 METRO	30	<p>CABEAMENTO:GIGALAN, CATEGORIA:6, APLICAÇÃO:CONEXÃO DE REDE CABO DE REDE GIGABIT ETHERNET, PADRÃO CABEAMENTO UTP CATEGORIA 6, BITOLA CONDUTOR 23AWG, TIPO CONDUTOR TRANÇADO, CAIXA 305 METROS; 1. Condutor: Fio sólido de cobre eletrolítico nu, recozido, com diâmetro nominal de 23AWG 2. Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal de 1.0mm 3. Pares: Condutores isolados reunidos dois a dois, formando o par. Passos de torcimento adequados, atendendo aos níveis de diafonia previstos e minimizando o deslocamento relativo entre si. 4. Quantidade de Pares: 4 pares 5. Código de Cores: Par Condutor "A" Condutor "B" 1 Azul Branco / Listra Azul 2 Laranja Branco / Listra Laranja 3 Verde Branco / Listra Verde 4 Marrom Branco Listra Marrom 6. Núcleo: Pares reunidos com passo adequado, formando o núcleo do cabo 7. Deve utilizar um elemento central em material termoplástico para separação dos 4 pares binados 8. Blindagem: Não Blindado (UTP) 9. Capa: Constituído por PVC retardante a chama tipo CM, CMR ou Composto por material termoplástico LSZH 10. Gravação: Deverá conter, na capa externa do cabo, impressão com a Marca, Modelo, Norma aplicada, Certificação Anatel, Informações de rastreabilidade e comprimento do cabo 11. Diâmetro Nominal: 6.2mm +- 0.1mm 12. Cor da capa: Azul 12.1. A CONTRATANTE poderá solicitar outra cor de capa (Vermelho, Amarelo, Verde, Cinza, Laranja, Preto, ou Marrom), mediante comunicação no momento do empenho. 12.2. A alteração de cor da capa não implicará em custos adicionais para o fornecimento do produto. 13. Temperatura de Instalação: 0°C a 50°C 14. Temperatura de Operação: -20°C a 60°C 15.</p>	2.570,40	77.112,00
---	--------	--------------------------	----	---	----------	-----------

			<p> Desequilíbrio Resistivo Máximo: 5% 16. Resistência Elétrica CC Máxima do Condutor de 20°C: 93,8 Ω/km 17. Capacitância Mutua 1kHz – Máximo: 56 pF/m 18. Desequilíbrio Capacitivo Par x Terra 1kHz – Máximo : 3,3 pF/m 19. Impedância Característica: 100±15% Ω 20. Atraso de Propagação Máximo: 545ns/100m @ 10MHz - 538 @ 100MHz - 536 @ 250MHz 21. Diferença entre o Atraso de Propagação – Máximo: 45ns/100m 22. Resistência de Isolamento: 10000 MO.km 23. Velocidade de Propagação Nominal: 68% 24. Metragem do cabo: 305 metros; 25. Cabo deve estar de acordo com as diretivas RoHS (Restriction of Hazardous Substances) 26. Pode ser utilizado com os seguintes padrões atuais de redes, citados abaixo: 26.1. GIGABIT ETHERNET, IEEE 802.3ab; 26.2. 1000 baseT, IEEE 802.3an; 26.3. 100BASE-TX, IEEE 802.3u; 26.4. 100BASE-T4, IEEE 802.3u; 26.5. ATM -155 (UTP); 26.6. e outros padrões compatíveis com ao Cabo CAT 6 27. Suporte a POE: 27.1. PoE (IEEE 802.3af) - Sem restrição de feixe; 27.2. PoE+ (IEEE 802.at) - Sem restrição de feixe; 28. Link Permanente: até 90m 29. Canal: até 4 conexões – 100m 30. MPLT: até 90m 31. Normas Aplicáveis: 31.1. ABNT NBR 14565 31.2. ABNT NBR 14703 31.3. ABNT NBR 14705 31.4. ABNT IEC 60332-3-25 31.5. ANSI/TIA-568.2-D 31.6. ISO/IEC 11801 32. Certificações: 32.1. ANATEL (Informar o nº de registro para consulta) 33. Embalagem: Caixa de papelão para carretel de 305 metros com saída fácil em meio ao cabo. 34. Deverá ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos. COTA - ME/EPP </p>	
--	--	--	--	--

5	358394	Unidade (UN) com 1 Unidade	10	<p>CABO TELEFONICO EXTERNO FE AA</p> <p>1. Características: Conjunto constituído por dois condutores em paralelo de fio de aço cobreado</p> <p>2. Isolamento: Material termoplástico com características elétricas especiais, com aditivos adequados, resistente aos raios UV e intempéries para uso externo</p> <p>3. Cor: Preto</p> <p>4. Padrão FE AA</p> <p>5. Aplicação: Uso em ambiente externo de telefonia</p> <p>6. Conductor: Mínimo de 0,80 mm</p> <p>7. Número de condutores: 2</p> <p>8. Diâmetro Externo (mm): Mínimo de 3,20 x 6,50</p> <p>9. Isolamento: PVC ou PE</p> <p>10. Comprimento nominal: 500 metros</p> <p>11. Cabo deve estar homologado junto a ANATEL;</p> <p>12. Norma Aplicável: SDT 235-320-706</p> <p>13. Cabo deve possuir identificação do fabricante, tipo e registro ANATEL impresso ou em auto-relevo no corpo da isolação</p> <p>14. Deverá ser fornecido, no formato PDF, o DataSheet e Especificações técnicas do produto, disponibilizadas pelo fabricante, para avaliação dos requisitos.</p>	1.016,04	10.160,40
---	--------	----------------------------	----	--	----------	-----------

8	460721	Unidade (UN) com 1 Unidade	50	<p>CONE DE SINALIZAÇÃO 75CM FLEXÍVEL</p> <p>1. Descrição: Cone flexível de sinalização com faixas refletivas, para sinalização de trânsito, estacionamentos, obras, práticas esportivas e etc;</p> <p>2. Deve ser fabricado com injetado em PVC, na cor laranja</p> <p>3. Deve ter 2 faixas refletíveis, na cor branca, confeccionadas em PVC prismático com espessura de 0,25mm e com forro de PVC com espessura de 0,2 mm, com retrorrefletância de 250 candelas soldadas eletronicamente no cone;</p> <p>3.1. As faixas devem ter altura de 10cm;</p> <p>4. Deve ter altura de 75 cm;</p> <p>5. Deve ter base de 40 cm x 40cm;</p> <p>6. Deve ter peso de 2,26 Kg</p> <p>7. Deve ter garantia de, no mínimo, 3 meses;</p> <p>8. Deve ser fornecida ficha técnica (Datasheet) do produto, emitido pelo fabricante e em arquivo formato PDF, para avaliação de requisitos.</p>	125,72	6.286,00
---	--------	----------------------------	----	---	--------	----------

ANEXO II - REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (para compras de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.~~

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

5.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

~~5.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~5.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.~~

OU

~~5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ~~ou na contratação direta~~, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido

à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em **Viçosa**, Seção Judiciária de **Minas Gerais**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão nº 900XX/2025**, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal da Contratada)

Ordenador de Despesas	Solicitação(ões) Constantes neste Processo:	(X) Aprovado	___ Reprovado
	Estudo Técnico Preliminar:	(X) Aprovado	___ Reprovado
	Termo de Referência:	(X) Aprovado	___ Reprovado

Assinaturas Requeridas:

1. Responsável pela elaboração do Documento e /ou Presidente da Equipe de Planejamento.
2. Ordenador de Despesas.



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO RODRIGUES DE FARIA, Ordenador de Despesa**, em 26/05/2026, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4 do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HARLEY BALDUINO SARAIVA, Membro da Comissão de Especificação**, em 26/05/2026, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4 do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1929331** e o código CRC **4FB73A83**.

Referência: Processo nº 23114.904470/2026-18

SEI nº 1929331

Campus Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, Campus Universitário
36570-900 Viçosa/MG

Campus Florestal
Rodovia LMG-818, km 6
35690-000 Florestal/MG

Campus Rio Paranaíba
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário
38810-000 Rio Paranaíba/MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA

Estudo Técnico Preliminar 19/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23114.904470/2026-18

2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) tem por missão proporcionar um ambiente acadêmico e administrativo moderno, eficiente e seguro, promovendo a integração de serviços de dados e telefonia de alta qualidade. Para atender a essas demandas, torna-se imprescindível a aquisição de materiais de infraestrutura de cabeamento estruturado que suportem o crescimento constante da rede de dados e voz da instituição, visando garantir um funcionamento contínuo e confiável dos sistemas informatizados.

Com o aumento na quantidade de dispositivos conectados, a ampliação do parque tecnológico e a necessidade de suportar serviços essenciais, como sistemas acadêmicos e administrativos, a atualização da infraestrutura de cabeamento se apresenta como uma prioridade estratégica. Esse investimento visa atender requisitos de desempenho, escalabilidade e segurança, de acordo com os padrões técnicos e normativos vigentes, como a norma ABNT NBR 14565, que rege as diretrizes para instalações de cabeamento estruturado e de telefonia (PABX IP).

Especificamente, os materiais de cabeamento estruturado para redes de dados e telefonia incluem cabos UTP de categoria 6, cabos de fibra óptica, patch panels, tomadas de telecomunicações, caixas de terminação ópticas e seus acessórios, Distribuidores ópticos, ferramentas e equipamentos de telefonia digital (PABX). Esses materiais são indispensáveis para a manutenção e expansão da conectividade dos diversos campi da UFV, garantindo que os usuários tenham acesso eficiente a recursos e plataformas institucionais, essenciais para o cumprimento das atividades acadêmicas, de pesquisa e de gestão universitária.

Além disso, a formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP) para a aquisição destes materiais permitirá que a UFV tenha acesso rápido e facilitado aos insumos necessários, ao longo de seu período de vigência, possibilitando a agilidade nas manutenções e ampliações da rede sem prejuízo à continuidade dos serviços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Infraestrutura e Comunicação	Harley Balduino Saraiva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**Descrição dos Requisitos da Contratação para Aquisição de Materiais de Infraestrutura de Cabeamento Estruturado para Rede de Dados e Telefonia da UFV**

Esta contratação destina-se à aquisição de materiais de infraestrutura de cabeamento estruturado para rede de dados e telefonia, organizada em grupos /lotes para assegurar a padronização e compatibilidade entre os produtos, conforme as necessidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Todos os itens devem atender a requisitos mínimos de qualidade, segurança, desempenho e sustentabilidade, descritos a seguir, para garantir a seleção da proposta mais vantajosa.

Requisitos Técnicos e Especificações de Qualidade**1. Cabos de Rede Categoria 6:**

- Cabos com certificação internacional de desempenho, atendendo às normas TIA/EIA-568 e ISO/IEC 11801.
- Certificação registrada junto a ANATEL

- Suporte a transmissão de até 100 metros, garantindo estabilidade em ambientes de alto tráfego de rede.
- Isolamento adequados contra interferências eletromagnéticas para cabos Categoria 6.

2. Conectores RJ-45:

- Compatíveis com cabos Categoria 6.
- Conectores com revestimento em ouro para condutividade otimizada e prevenção contra oxidação.

3. Patch Panels:

- Patch panels de, pelo menos, 24 portas, compatíveis com Categoria 6 e 6A.

4. Gateway de voz IP (ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO)

- Portas do tipo FXS
- Conectividade de com centrais PABX IP

5. Cabos Telefônicos:

- Cabo telefônico do FE80
- Certificação Anatel

6. Cabo de Fibras Ópticas:

- Cabo de Fibra Óptica Tipo SM (Single Mode), com proteção contra radiação UV.
- Ambos certificados pela Anatel

7. Caixa e emenda óptica

- Capacidade para até 216 fusões ópticas
- Derivadores para 1 a 2 cabos simultaneamente

8. Distribuidor óptico

- Capacidade para até 48 fibras ópticas
- Altura de 1U

9. Esticador de cabo telefônico

- Proteção UV
- Ancoragem do cabo em forma de 8

10. Cone de sinalização

- Altura de 75 cm
- Material flexível

Critérios de Sustentabilidade

1. Materiais Recicláveis e Sustentáveis:

- Materiais devem ser de origem sustentável e embalagens recicláveis ou biodegradáveis.
- Produtos devem ser livres de substâncias tóxicas, em conformidade com regulamentações ambientais.

Obrigações da Contratada

1. Certificação e Garantia:

- Todos os produtos devem ter certificação de qualidade, conforme regulamentação nacional (Anatel, ABNT, ISO).

- Garantia mínima de 3 meses a 1 anos, detalhada conforme Descrição complementar de cada item .

Esses requisitos asseguram que a aquisição dos materiais atenda às necessidades da UFV, garantindo eficiência, segurança, sustentabilidade e durabilidade para a infraestrutura de rede de dados e telefonia da instituição.

5. Levantamento de Mercado

Os produtos especificados para a infraestrutura de cabeamento estruturado de Rede de dados e telefonia da UFV atendem aos requisitos técnicos e de qualidade praticados atualmente pelo mercado, seguindo normas reconhecidas como TIA/EIA-568, ABNT e ISO. Durante o levantamento de mercado, foram considerados contratos similares de outros órgãos, identificando-se as melhores práticas e inovações para garantir uma solução tecnológica atualizada e eficiente.

Em caso de restrição no número de fornecedores disponíveis, os requisitos que limitam a participação serão reavaliados e flexibilizados sempre que possível, garantindo uma ampla concorrência sem comprometer a qualidade e o atendimento das necessidades institucionais.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta compreende a aquisição de materiais e equipamentos de infraestrutura de cabeamento estruturado para Redes de dados e telefonia, que atenderão às necessidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no suporte às atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa. O projeto engloba cabos metálicos e de fibra óptica, conectores, patch panel, componentes de fibra óptica e equipamentos de telefonia IP, todos organizados em lotes para assegurar compatibilidade e padronização.

Os itens foram selecionados com base em especificações técnicas que atendem a normas nacionais e internacionais, como TIA/EIA-568, ABNT e ISO. A solução prioriza materiais de alta qualidade, desempenho, durabilidade e práticas de sustentabilidade. Inclui mecanismos como logística reversa e materiais recicláveis para minimizar impactos ambientais.

Justificativa Técnica

A escolha da solução baseia-se na necessidade de modernização e ampliação da infraestrutura de rede da UFV, fundamental para suportar o crescente volume de dispositivos conectados e o aumento da demanda por serviços digitais. Os materiais selecionados garantem compatibilidade com as tecnologias atuais e escalabilidade para futuras expansões, alinhando-se às melhores práticas de mercado. A padronização dos itens promove uniformidade na manutenção e operação, otimizando a gestão da rede e reduzindo custos de longo prazo.

Justificativa Econômica

A adoção de uma Ata de Registro de Preços (ARP) permitirá à UFV adquirir os materiais conforme a demanda, otimizando recursos financeiros e evitando estoques excessivos. O agrupamento dos itens em lotes promove maior competitividade entre fornecedores, contribuindo para a obtenção do melhor custo-benefício. A flexibilização de requisitos será adotada, quando possível, para ampliar a participação de fornecedores sem comprometer a qualidade dos materiais, garantindo eficiência econômica e ampla concorrência no processo licitatório.

A solução atende integralmente às disposições da Lei 14.133/2021 e à IN 40/2020, assegurando transparência, sustentabilidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
348309	FIBRA OPTICA DROP 4 FO 1000 METROS	10	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
469650	CABO DE REDE GIGABIT ETHERNET, PADRÃO CABEAMENTO UTP CATEGORIA 6, BITOLA CONDUTOR 23AWG, TIPO CONDUTOR TRANÇADO, CAIXA 305 METROS	1000	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
428488	CONECTOR RJ45 FEMEA CATEGORIA 6	10000	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo

			cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
474171	PATCH PANEL 24 PORTAS DESCARREGADO	250	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
606930	CAIXA DE EMENDA ÓPTICA PARA 216 FUSÕES	100	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
404624	DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 1	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
404624	DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 2	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
404624	DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 3	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
404624	DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 4	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
125563	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO MINI	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
125563	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
218045	ESTICADOR TIPO 8 PARA CABO TELEFONICO	2000	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
348827	ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 8 PORTAS	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
348827	ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 16 PORTAS	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
348827	ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 48 PORTAS	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
			Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em

358394	CABO TELEFONICO EXTERNO FE AA	10	prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.
460721	CONE DE SINALIZAÇÃO 75CM FLEXÍVEL	50	Reforma da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia em prédios e edificações administrativas e acadêmicas, cujo cabeamento necessita ser substituído ou houve expansão dos espaços utilizados, necessitando atendimento dos equipamentos dos novos usuários.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.017.063,58

CATMAT	DESCRIÇÃO	Valor
348309	FIBRA OPTICA DROP 4 FO 1000 METROS	R\$ 2.375,00
469650	CABO DE REDE GIGABIT ETHERNET, PADRÃO CABEAMENTO UTP CATEGORIA 6, BITOLA CONDUTOR 23AWG, TIPO CONDUTOR TRANÇADO, CAIXA 305 METROS	R\$ 2.570,40
428488	CONECTOR RJ45 FEMEA CATEGORIA 6	R\$ 54,32
474171	PATCH PANEL 24 PORTAS DESCARREGADO	R\$ 449,33
606930	CAIXA DE EMENDA ÓPTICA PARA 216 FUSÕES	R\$ 444,72
404624	DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 1	R\$ 27,22
404624	DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 2	R\$ 27,22
404624	DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 3	R\$ 27,22
404624	DERIVADOR SVM PARA CAIXA DE EMENDA ÓPTICA TIPO 4	R\$ 27,22
125563	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO MINI	R\$ 134,99
125563	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	R\$ 1.219,16
218045	ESTICADOR TIPO 8 PARA CABO TELEFONICO	R\$ 1,49
348827	ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 8 PORTAS	R\$ 1.143,77
348827	ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 16 PORTAS	R\$ 2.943,92
348827	ELEMENTO CIRCUITO LÓGICO (GATEWAY) 48 PORTAS	R\$ 8.519,00
358394	CABO TELEFONICO EXTERNO FE AA	R\$ 1.016,04
460721	CONE DE SINALIZAÇÃO 75CM FLEXÍVEL	R\$ 125,72

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A aquisição dos materiais e equipamentos para a infraestrutura de cabeamento estruturado de Rede de dados e telefonia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) será realizada de forma parcelada, utilizando a Ata de Registro de Preços (ARP) como referência.

O parcelamento foi considerado tecnicamente viável porque os itens especificados, embora relacionados entre si, possuem naturezas distintas, permitindo a organização em grupos ou lotes. Isso facilita a aquisição de materiais compatíveis e padronizados sem comprometer a qualidade da solução como um todo. A divisão dos itens em lotes também possibilita uma maior especialização dos fornecedores em cada categoria de produto, contribuindo para a qualidade do fornecimento.

Do ponto de vista econômico, o fracionamento permite que a UFV adquira os materiais conforme a demanda, otimizando o uso dos recursos públicos e evitando estoques excessivos ou desnecessários. Além disso, o parcelamento aumenta a competitividade entre fornecedores, promovendo uma maior possibilidade de obtenção de propostas vantajosas para cada lote.

Portanto, a opção pelo parcelamento atende ao princípio da economicidade, ao mesmo tempo em que garante eficiência operacional e flexibilidade na gestão das aquisições.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação tem como objeto exclusivo a aquisição de materiais e equipamentos para a infraestrutura de cabeamento estruturado de Redes de dados e telefonia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), conforme os itens especificados.

Não há contratações correlatas ou interdependentes identificadas, uma vez que o escopo da aquisição é restrito à aquisição de materiais de infraestrutura e não depende de outros contratos para sua execução ou funcionamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação proposta para a aquisição de materiais e equipamentos de infraestrutura de cabeamento estruturado de Redes de dados e telefonia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) está diretamente alinhada com a **Meta 11 (M11) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) UFV 2024-2029**, que estabelece como objetivo estratégico a **Substituição da infraestrutura de cabeamento de dados e telefonia de 10 prédios no Campus Viçosa**. Essa meta integra o **Eixo Temático 7**, relacionado à **Gestão Administrativa, Financeira e Econômica; TI**, reforçando o compromisso da UFV com a modernização e eficiência de sua infraestrutura tecnológica.

Alinhamento ao Planejamento Institucional

A Meta 11 reflete a necessidade de promover a melhoria contínua da infraestrutura de TI, essencial para suportar as atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa da UFV. O cabeamento estruturado proposto viabilizará redes de dados e telefonia mais confiáveis e de alto desempenho, contribuindo para a execução de atividades estratégicas previstas no PDI.

No contexto do Plano Anual de Contratações (PAC), a previsão da aquisição dos materiais e equipamentos foi incluída como prioridade, considerando a necessidade de atender à Meta 11. A contratação por meio de uma Ata de Registro de Preços (ARP) permitirá maior flexibilidade e economicidade na substituição gradual do cabeamento nos 10 prédios previstos, alinhando a execução orçamentária com o cronograma de implementação da meta.

Impacto Estratégico

Essa contratação não apenas viabiliza o cumprimento do objetivo da Meta 11, mas também fortalece o alinhamento entre o planejamento institucional e a gestão orçamentária eficiente, garantindo:

- A modernização tecnológica da UFV;
- Melhoria na conectividade e comunicação nos prédios atendidos;
- Sustentabilidade e escalabilidade da infraestrutura de TI.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos materiais e equipamentos para a infraestrutura de cabeamento estruturado de Redes de dados e telefonia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) apresenta diversos benefícios diretos e indiretos que contribuem para a efetividade das operações institucionais e o desenvolvimento sustentável, garantindo economicidade, eficácia e eficiência no uso dos recursos públicos.

Benefícios Diretos

1. Melhoria na Conectividade e Comunicação:

A modernização e expansão da infraestrutura de rede permitirá maior estabilidade e velocidade na transmissão de dados e chamadas telefônicas, suportando o aumento na demanda tecnológica da UFV. Isso resulta em melhor desempenho dos sistemas acadêmicos, administrativos e de pesquisa.

2. Padronização e Qualidade Técnica:

A aquisição de materiais de alta qualidade, organizados por lotes compatíveis, assegura padronização na infraestrutura de cabeamento, reduzindo falhas técnicas e facilitando manutenções futuras.

3. Escalabilidade:

A solução foi projetada para atender demandas atuais e futuras, permitindo expansões rápidas e eficientes conforme o crescimento da universidade.

4. Sustentabilidade Ambiental:

A adoção de materiais recicláveis, logística reversa para descarte responsável e práticas de eficiência energética contribuem para a sustentabilidade ambiental, alinhando-se às metas de desenvolvimento sustentável da administração pública.

Benefícios Indiretos

1. Redução de Custos Operacionais:

Uma rede confiável e moderna minimiza interrupções e retrabalhos, reduzindo custos com manutenção corretiva e tempo de inatividade.

2. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos:

A padronização e compatibilidade dos materiais facilitam o trabalho das equipes técnicas, permitindo que se concentrem em atividades de maior valor agregado, como planejamento estratégico de TI e inovação.

3. Contribuição para o Desenvolvimento Nacional Sustentável:

A aquisição incentiva práticas sustentáveis no mercado, promovendo fornecedores que adotem certificações ambientais e reduzem impactos ecológicos, contribuindo para a economia verde.

4. Impacto Positivo no Ambiente Acadêmico:

Com uma infraestrutura de rede moderna, os alunos, professores e pesquisadores terão acesso mais eficiente a plataformas digitais, promovendo a inovação, o ensino de qualidade e a realização de projetos tecnológicos.

Conclusão

A contratação proposta proporciona ganhos expressivos em termos de economicidade, por meio de uma Ata de Registro de Preços que permite aquisições conforme a demanda, e em termos de eficiência, ao assegurar que a infraestrutura da UFV seja confiável, sustentável e escalável. Esses benefícios diretos e indiretos demonstram que a solução atende integralmente às necessidades institucionais, promovendo uma gestão pública mais eficaz e sustentável.

13. Providências a serem Adotadas

A presente contratação refere-se à formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP), instrumento que tem por objetivo estabelecer condições gerais para futuras aquisições de materiais e equipamentos necessários à infraestrutura de cabeamento estruturado de Redes de dados e telefonia da UFV. Por essa razão, não é necessário detalhar providências administrativas específicas a serem adotadas previamente à celebração do contrato.

A ARP não gera obrigação imediata de compra por parte da administração, mas apenas cria condições para que, no momento da necessidade, as aquisições sejam realizadas de forma ágil, respeitando as especificações previamente definidas. Assim, as providências relacionadas à gestão contratual, como adequação de ambiente ou capacitação de servidores, serão planejadas e executadas no momento oportuno, conforme as demandas de cada aquisição específica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação refere-se à formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP) para a aquisição de materiais e equipamentos destinados à infraestrutura de cabeamento estruturado de Redes de dados e telefonia da UFV. Dada a natureza da ARP, que não implica em aquisição imediata dos itens, mas apenas estabelece condições gerais para futuras compras, não é possível prever, com precisão, os impactos ambientais diretos no momento de sua formalização.

Os potenciais impactos ambientais dependerão das aquisições específicas realizadas ao longo da vigência da ARP, considerando fatores como quantidade adquirida, transporte e descarte dos materiais após o uso. Essas questões serão tratadas no momento oportuno, no âmbito de cada aquisição ou implementação, com a adoção de práticas sustentáveis previamente estabelecidas nas especificações técnicas da ARP, como o uso de materiais recicláveis e a logística reversa.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto deste ETP é tecnicamente viável, pois atende aos requisitos funcionais e de qualidade necessários para suprir a demanda atual e futura da UFV, e é economicamente sustentável, devido à sua concepção voltada para o uso eficiente dos recursos públicos. Além disso, está alinhado às normas legais e aos objetivos de modernização e sustentabilidade da administração pública, assegurando sua plena execução e resultados efetivos

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HARLEY BALDUINO SARAIVA

Analista de Tecnologia da Informação



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 08:40:15.